

PE-OK
PAT-OK

Página Livre

Envolvimento com comunidade: a busca de um caminho

*Everaldo Rocha Porto**

No momento atual, marcado pelo acirramento da exclusão é importante que se recolque em discussão o processo de envolvimento com a comunidade, uma vez que se percebe por parte de grupos sociais e instituições diversas, inconformadas com a situação, a consciência da necessidade de se expandir a cultura da inclusão e da solidariedade.

Os excluídos da sociedade exigem respostas. Já não aceitam os discursos teóricos, sem que se ofereçam respostas imediatas, eficazes e urgentes. É fundamental reconhecer também que o problema não se limita ao poder público em qualquer de suas esferas, mas envolve todos os segmentos da sociedade. A expectativa é de que, governo, sindicatos, ONGs e toda a sociedade civil se aliem para enfrentar o desafio da exclusão e da marginalização que, ao longo do processo histórico, vem se revelando maior do que a capacidade de mobilização da sociedade e vontade política.

Vários estudos já publicados sobre o assunto apontam a participação como um caminho eficaz para o fortalecimento dessa cultura e para a superação da condição subalterna gerada pela cultura da desigualdade.

Nesta mesma linha de pensamento Faure, Edgar e outros 1977 (DALMÁS, 1994), vêem na participação a garantia da eficácia coletiva, condições de felicidade individual, de visão, de mundo e cidadania:

a participação do maior número no máximo de responsabilidade não é somente uma garantia de eficácia coletiva. Ela é também uma condição de felicidade individual, uma tomada de poder cotidiano sobre a sociedade e sobre as coisas, uma forma de influir livremente sobre o destino. Não se trata mais para o cidadão de delegar seus poderes, mas de exercer em todos os níveis da vida social e em todas as etapas da vida.

* PhD em Manejo de Solo e Água para Agricultura. Pesquisador da Embrapa e Secretário de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária de Petrolina-PE. Membro do Conselho Consultor da Oficina Social.

O homem, no seu acontecer histórico, foi-se caracterizando como ser social e sempre convocado a participar e comprometer-se com as decisões e ações do processo histórico. Assim, cada cidadão deverá assumir um papel dentro de seu grupo social e a sua participação passará a ser um elemento de estruturação e desenvolvimento da sua comunidade, tornando-o servidor e beneficiário dos bens sociais produzidos por ela. Nas inter-relações com a comunidade cada cidadão é solicitado a exercer múltiplos papéis e a participar de um complexo sistema de relações sociais, para as quais deve estar preparado.

As reflexões anteriores colocam a necessidade de se aplicar criativamente esta concepção dependendo do contexto particular e do grupo a ser trabalhado. Não existe, portanto, um modelo ou esquema que possa ser generalizado para todas as experiências. Entretanto, algumas pistas podem ser dadas, já que se trata de desafios que precisam ser explicitados no intercâmbio com outras experiências e que se constituem fundamentalmente nos princípios de conscientização, participação, organização e capacitação.

Esses princípios precisam estar interligados entre si, para que, efetivamente, se instaure um processo de organização comunitária que englobe sempre a participação ativa, crítica e consciente de seus membros, para o atendimento de suas necessidades e realização de suas aspirações.

Nessa perspectiva, toda e qualquer ação voltada para o envolvimento com comunidades deverá ser pensada como um meio na aceleração do seu desenvolvimento e, para tanto, os princípios citados devem permear todo o processo.

Assim, a comunidade que na sua ação organizativa se estrutura em busca da transformação, além de atender às suas demandas e aspirações, está contribuindo também para o crescimento econômico e social no plano local e constituindo-se um canal de interlocução entre o governo e o povo.

É preciso se dar conta de que um trabalho de organização e envolvimento com comunidades não é tarefa fácil, sobretudo se pensadas no âmbito de suas necessidades e aspirações, vez que as demandas são grandes e os recursos escassos. Enormes são os desafios de natureza política, conceitual e operacional. Como tornar realidade o envolvimento? Como encaminhar um trabalho de conscientização que permita à comunidade exercer suas atividades dentro de uma ótica de valorização de cidadania? Como desenvolver mecanismo de participação na prática? Como assegurar o acompanhamento e a avaliação?

Diante dessa dificuldade, destaca-se como um elemento importante dessa engrenagem o diagnóstico, considerado aqui como um instrumento que permite o reconhecimento da realidade histórica, demográfica, social e econômico-financeira da comunidade. Nessa perspectiva, o diagnóstico passa a ser um “instru-

mento profundo para penetrar no conhecimento profundo da realidade”. Essas idéias são sintetizadas por Jara (1985) ao enfatizar que:

o fortalecimento, o envolvimento da comunidade e o processo da conscientização, somente serão impulsionados por um processo investigador e formador, na medida em que se realiza uma discussão/reflexão sobre a realidade, a partir da realidade e em função dela. Isto supõe basear-se nos elementos objetivos que surgem na vida cotidiana dos grupos que compõem a comunidade: os elementos provenientes de sua prática produtiva concreta, da sua prática organizativa, do contexto econômico-social em que se desenvolve sua atividade. Além disso, supõe partir também dos elementos subjetivos: os conhecimentos e interpretações que esta comunidade já adquiriu em sua experiência. Isto implica considerar suas formas de expressão, sua linguagem, suas manifestações e seus valores.

Trata-se, pois, de gerar uma dinâmica de reflexão coletiva, onde a realidade apresentada seja ativamente reafirmada, aprofundada, modificada ou abandonada de maneira consciente. Nesta dinâmica, os membros da comunidade vão assumindo seu papel de sujeitos históricos, conscientes dos limites e possibilidades que devem assumir frente à realidade. A partir daí, se encaminha em outras direções na perspectiva de construir e conquistar parcerias, de escolher o que é prioritário, de captar recursos e administrá-los bem, de acompanhar, avaliar e prestar contas.

A situação degradante de muitas comunidades clama por projetos de emancipação e dignidade humana. É preciso que os cidadãos deixem de ser espectadores e passem a ser atores em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária. E, como mensagem de estímulo e otimismo, segue para reflexão o pensamento de D. Paulo Evaristo Arns, que diz: “A participação e a co-responsabilidade são forças irreprimíveis para um tempo novo.”

Referências

DALMÁS, Ângelo. *Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.

JARA, Oscar. *Concepção dialética da educação popular*. [S. l.]: CEPIS: Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, 1985.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.